

EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO DAS MULHERES E DAS ADOLESCENTES NO CONTEXTO EDUCACIONAL DE MOÇAMBIQUE

Sirilo Lourenço Nhauelique¹
Alexandre Filordi de Carvalho²

<https://doi.org/10.5281/zenodo.17494700>

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo investigar as políticas públicas educacionais existentes em Moçambique, as quais visam garantir promoção e inclusão das mulheres jovens e das adolescentes na educação. A hipótese da pesquisa é a de que, embora haja esforços governamentais visíveis para se promover a participação das mulheres jovens e adolescentes na educação por meio de políticas públicas, elas são ineficientes, ineficazes e apresentam inúmeras fragilidades e barreiras. Para tanto, a pesquisa adensa na fortuna crítica acerca da problematização da exclusão social de gênero, perpassando pelas relações de poder circunscritas aos seus marcadores políticos. Uma vez que Moçambique tem um histórico de desigualdade de gênero na educação das mulheres jovens e das adolescentes, o que resulta no menor acesso ao ensino e às oportunidades de emprego, a relevância da pesquisa situa-se na contribuição do aprofundamento analítico que possa subsidiar a compreensão das barreiras específicas que impedem a inclusão das mulheres jovens e das adolescentes na educação moçambicana. Assim, visa-se contribuir para que o Sector da Educação, na nomenclatura moçambicana, tenha parâmetros científicos acerca das políticas públicas existentes, notadamente atentando-se para o papel da cultura e das normas sociais na perpetuação da desigualdade de gênero na educação.

Palavras-chave: Educação; Gênero; Moçambique; Políticas Públicas.

EDUCATION AND PUBLIC POLICIES FOR THE INCLUSION OF WOMEN AND ADOLESCENT GIRLS IN THE EDUCATIONAL CONTEXT OF MOZAMBIQUE

Abstract: This study aims to investigate the existing educational public policies in Mozambique that seek to promote the inclusion of young women and adolescent girls in education. The central hypothesis is that, although there are visible governmental efforts to foster the participation of young women and adolescents in the educational system through public policies, these policies remain inefficient, ineffective, and marked by significant weaknesses and barriers. The research critically engages with the literature on gender-based social exclusion, examining how power relations are shaped by political and social markers. Given Mozambique's historical context of gender inequality in education—which has led to reduced access to schooling and employment opportunities for young women and girls—this study is particularly relevant as it offers an in-depth analytical contribution to understanding the specific barriers hindering their educational inclusion. The research intends to provide the Mozambican education sector with scientific parameters to evaluate current public policies, with particular attention to the role of cultural practices and social norms in perpetuating gender inequality in education.

Keywords: Education; Gender; Mozambique; Public Policies.

¹ Mestre em Educação - Universidade Federal de São Paulo.

² Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo e docente da UNIFESP.

INTRODUÇÃO

Moçambique sofreu mudanças substanciais nos últimos anos, impulsionadas por uma série de fatores, incluindo o progresso econômico e social, bem como a crescente exploração de recursos minerais. Essas transformações provocaram uma significativa reconfiguração da dinâmica socioeconômica do país, trazendo novos desafios e demandas à sociedade e ao mercado de trabalho (OBURA, 2010). À medida que Moçambique se esforça para se integrar de forma mais eficaz na região e no cenário global, torna-se urgente uma reavaliação das políticas de educação pública do país.

No contexto específico da inclusão de mulheres e adolescentes no sistema educativo moçambicano, a análise das políticas públicas torna-se imperativa. É essencial compreender não só os progressos já alcançados, mas também as lacunas persistentes que dificultam a plena participação e fortalecimento das mulheres e adolescentes na educação. Neste sentido, esta investigação pretende oferecer uma investigação sobre a intersecção entre gênero, educação e políticas públicas em Moçambique.

Partindo de uma análise contextualizada das transformações sociais e econômicas do país, o estudo examina criticamente as políticas existentes e a sua eficácia na promoção da inclusão e da igualdade de gênero no sistema educativo. São levados em consideração aspectos estruturais e institucionais, bem como as dinâmicas sociais e culturais que influenciam a participação de mulheres e adolescentes na educação. Além disso, são explorados os obstáculos e desafios enfrentados por estas políticas na sua implementação, bem como estratégias e oportunidades para avançar no sentido de uma educação mais inclusiva e equitativa.

Através desta investigação, pretende-se não só fornecer uma análise crítica do estado atual da inclusão de mulheres e adolescentes na educação em Moçambique, mas também contribuir para o desenvolvimento de políticas mais eficazes e abrangentes nesta área. Ao destacar a importância da igualdade de

gênero no contexto educativo e identificar possíveis áreas de intervenção e melhoria, esta investigação promove um debate sobre como avançar para um país mais justo e igualitário em Moçambique.

METODOLOGIA

O estudo adota uma metodologia qualitativa, que se caracteriza por produzir resultados independentes de processos ou métodos de medição, permitindo uma compreensão mais profunda do universo simbólico e privado de experiências, ações, sentimentos e dinâmicas organizacionais. Essa abordagem busca interpretar os movimentos, interações sociais, culturais e humanas, tanto entre os indivíduos quanto nos grupos sociais e organizações em que estão inseridos (Corbin & Strauss, 1998).

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa utilizou a revisão de literatura e a análise documental como principais instrumentos de coleta de dados. A análise documental, conforme a compreensão de Godoy (1995), é um procedimento de pesquisa com características peculiares e objetivos específicos, sendo também uma técnica que complementa e valida informações obtidas por meio de outros métodos, como entrevistas, questionários e observações.

O lócus da pesquisa foi delimitado considerando o contexto e o ambiente que melhor refletem o objeto de estudo, permitindo a coleta de dados em cenários que favorecem a análise das interações e práticas sociais relevantes. Os sujeitos participantes foram selecionados de forma criteriosa, buscando aqueles que melhor representassem o fenômeno investigado, garantindo diversidade e profundidade nas informações coletadas.

Os instrumentos utilizados incluíram a análise de documentos relevantes ao tema, bem como registros oficiais, relatórios e dados secundários que contribuíssem para contextualizar e enriquecer os resultados. Paralelamente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que ofereceram a flexibilidade necessária para explorar questões específicas e aprofundar as narrativas dos participantes.

Os procedimentos de coleta de dados foram organizados em etapas, garantindo rigor metodológico e alinhamento com os objetivos da pesquisa. Primeiramente, foi realizada a revisão da literatura, que serviu como base teórica para orientar a análise documental. A seguir, os documentos foram examinados com atenção às suas dimensões históricas, sociais e culturais, enquanto as entrevistas foram conduzidas em um ambiente que promovesse a confiança e o diálogo aberto.

GÊNERO

O conceito de gênero, à luz das abordagens de vários acadêmicos, refere-se às complexas relações sociais que permeiam as construções culturais e sociais do masculino e feminino. Essas representações, frequentemente associadas às expectativas e aos papéis sociais estereotipados, encontram expressão em discursos sociais. É imperativo destacar que esses discursos carregam consigo uma dinâmica de poder intrincada, o que, por sua vez, configuram as relações de gênero como fundamentalmente relacionadas ao exercício do poder (Maciel, 2010).

Judith Butler (2018) destaca a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e pós-disciplinar para compreender a complexidade do conceito de gênero. Argumenta que a análise de gênero se estende para além das fronteiras tradicionais das disciplinas acadêmicas e requer a integração de diversas perspectivas, teorias e metodologias.

Por outras palavras, uma compreensão completa do gênero não pode ser alcançada apenas através de uma única disciplina acadêmica, como a sociologia, a psicologia ou os estudos culturais. Em vez disso, o que é necessário é um conjunto diversificado de discursos que transcendam estas fronteiras disciplinares e se baseiem em perspectivas de diferentes domínios de conhecimento.

Além disso, Butler (2018) destaca a importância de resistir à “domesticação acadêmica” dos estudos de gênero ou das mulheres. Isto se refere ao perigo de

reduzir a complexidade do gênero a categorias ou abordagens simplificadas, que não levam em conta a diversidade de experiências e perspectivas.

Butler (2018) também defende a radicalização da noção de crítica feminista, ou seja, a necessidade de uma abordagem feminista que vá além das análises convencionais e questione profundamente as estruturas de poder e as normas sociais que mantêm as desigualdades de gênero. Isto envolve não só uma compreensão crítica do gênero, mas também a procura de transformações sociais que promovam a igualdade de gênero e a justiça para todxs.

Governo, Estado e Políticas públicas

Höfling (2001) em seus estudos sobre Estado e Políticas (Públicas) Sociais começa destacando a distinção entre Estado e Governo, ressaltando a importância de compreender esses dois conceitos separadamente. O Estado é descrito como o conjunto de instituições permanentes, como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras, que fornecem a estrutura fundamental para a governança de uma sociedade. Essas instituições não formam necessariamente um bloco monolítico, mas trabalham juntas para possibilitar a ação do governo. Em outras palavras, o Estado fornece o arcabouço institucional dentro do qual o governo opera, garantindo a estabilidade e a continuidade das políticas públicas ao longo do tempo.

Por outro lado, o governo é definido como o conjunto de programas e projetos propostos por diferentes partes da sociedade, como políticos, técnicos e organismos da sociedade civil, para abordar questões específicas e atender às necessidades da sociedade como um todo. O governo é responsável por assumir e implementar esses programas e projetos, refletindo a orientação política de um determinado grupo ou partido que está no poder por um período específico.

No caso das Políticas Públicas torna-se complexo e diverso o seu conceito, conforme descrito por diferentes autores. Segundo Souza (1999) e Muller (2002), é desafiador definir políticas públicas de maneira uniforme, pois elas abrangem

uma variedade de áreas e questões que podem ser difíceis de categorizar de forma homogênea.

No entanto, ambos os autores concordam que as políticas públicas podem ser compreendidas como um campo de conhecimento e ação no qual o governo intervém para resolver problemas sociais, econômicos e políticos. Ao mesmo tempo, essas políticas são sujeitas à análise e avaliação constante, com o objetivo de identificar áreas de melhoria e ajustar suas direções conforme necessário.

Além disso, Höfling (2001) destaca que as políticas públicas também podem ser vistas como responsabilidades do Estado, o que implica que elas são parte integrante das funções e obrigações do governo para com a sociedade.

Os autores sugerem que as políticas públicas são dinâmicas e multifacetadas, envolvendo tanto a implementação prática de programas e projetos quanto a reflexão teórica e a análise crítica de seu impacto e eficácia. Essa abordagem destaca a importância de entender as políticas públicas como um processo contínuo de tomada de decisão e ação governamental, destinado a promover o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade como um todo.

Dye (1984) define política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Ele simplifica o conceito, descrevendo política pública como sendo aquilo que o governo decide realizar ou deixar de realizar em termos de ações, programas ou projetos.

Essa definição ressalta a natureza essencialmente decisória da política pública, enfatizando que ela envolve escolhas deliberadas por parte do governo sobre quais questões abordar, quais problemas resolver e quais recursos alocar para essas finalidades. Ao mesmo tempo, também indica que as políticas públicas incluem decisões sobre o que não fazer, ou seja, quais áreas ou problemas deixar de priorizar ou intervir.

Essa abordagem simples de política pública destaca a importância da autoridade e da responsabilidade do governo na formulação e implementação de políticas que afetam a sociedade como um todo. Ela sugere que as políticas públicas são o resultado das escolhas e preferências políticas dos governantes,

influenciadas por uma variedade de fatores, como valores, interesses, pressões políticas e recursos disponíveis.

As políticas públicas, como a educação, são implementadas pelo Estado como mecanismos para influenciar e moldar as interações e dinâmicas sociais dentro de uma comunidade ou nação. Essas políticas não são apenas programas isolados, mas fazem parte de uma abordagem mais ampla do Estado para garantir o bem-estar e a coesão social (Höfling, 2001).

Educação e gênero em Moçambique

A história da educação em Moçambique é basicamente concedida em dois períodos principais: o primeiro é o ensino colonial e o segundo é o ensino pós-independência. Cada um desses períodos é subdividido em importância evidente por significativas mudanças públicas, financeiras, governamentais e teóricas que foram tipificadas, pela imperatividade de uma ordem social e cultural hegemônica, além da dispensa das tradições existentes. Por outro lado, destacam-se as lutas e superações para a criação de uma nova sociedade (Uaciquete, 2010).

No conjunto dos direitos humanos essenciais encontra-se o direito à educação, defendido por normas nacionais e internacionais como, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Trata-se de um direito crucial, uma vez que inclui um processo de desenvolvimento individual próprio à condição humana. Além dessa perspectiva individual, o direito à educação deve ser visto, sobretudo, de forma conjunta, como um direito a uma política educacional, a ações afirmativas do Estado que ofereçam à sociedade instrumentos para alcançar seus objetivos.

Nessa ordem de ideias, uma das grandes batalhas em Moçambique é necessariamente a de poder elucidar o quanto a mulher pode ser importante para a sociedade, destacando o seu papel e seus direitos que, desde o processo de libertação de Moçambique (1964) até os dias atuais, têm sido negados de forma absurda para no contexto educacional moçambicano.

No caso de Moçambique, a interseção das relações de gênero e educação ganhou maior visibilidade na pesquisa educacional apenas em meados da década de 1990, com grandes avanços na sistematização de reclamações a superar, no âmbito do Estado e das políticas públicas, uma série de medidas contra a discriminação da mulher. Tais medidas revelam-se, no entanto, repletas de contradições entre a defesa da ampliação de direitos e a perspectiva de restrição do papel do Estado nas políticas sociais públicas, inclusive na educação (Vianna; Unbehaum, 2004).

Ainda para Vianna e Unbehaum (2004), são ainda escassas as investigações que tratam do impacto da discriminação de gênero nas políticas públicas educacionais moçambicanas. Ainda são persistentes: a discriminação contra a mulher, expressa em materiais didáticos e currículos; a limitação do acesso à educação e permanência na escola, especialmente para jovens grávidas; e, não menos importante, o fracasso escolar, em forma de evasão, que marca diferentemente a trajetória escolar de homens e mulheres jovens e adolescentes.

A mulher moçambicana tem tido várias posições de destaque em dias atuais, mas ainda persistem aspectos sensíveis, sobretudo no âmbito das políticas públicas, que precisam ser analisados, visando a melhoria dos índices de inclusão da educação das mulheres. Por se tratar de um país marcado pela cultura patriarcal, a educação pública, pautada pelo Estado, ainda está muito distante da promoção universal da igualdade e equidade de gênero, ainda mais pelos marcadores das políticas públicas.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (2021), o país apresenta um total de 30.832.244 habitantes, dentre os quais 14.885.787 (48%) homens e 15.946.457 mulheres (52%).

Todavia, para se ter uma ideia mais calibrada, referente ao analfabetismo, as mulheres têm sido as mais afetadas pela característica de uma política pública excludente no país. Segundo dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística (2017), em Moçambique, a taxa total de analfabetismo é de 39%, sendo 27,2% para homens e 49,2% para mulheres. Por áreas

habitacionais, 18,8% correspondem a áreas urbanas e 50,7% a áreas rurais. Nas áreas urbanas, 11,2% dos analfabetos são homens e 25,7% são mulheres; nas áreas rurais, 36,7% são homens e escorchantes 62,4% são mulheres.

Além disso, muitas vezes são vítimas de violência doméstica e sexual, bullying e abuso sexual. O Instituto Nacional de Estatística (2021) revelou que em 2021 foram reportados 21.307 casos de vítimas de diferentes tipos de violência, dos quais 16.948 mulheres e 4.359 homens.

Frequentemente, a violência é conceituada tendo como base o tipo de agressão praticada/sofrida: violência física; psicológica; econômica; e negligência/privação. Algumas tipologias são mais inclusivas, tanto quanto ao sexo da vítima ou do agressor, quanto às suas idades e características particulares outras são mais específicas, procurando destacar um aspecto em particular.

Violência de gênero é o um conceito amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio.

O Feminismo na realidade moçambicana

Antes da luta de libertação, as mulheres em Moçambique desempenharam um papel crucial na resistência ao colonialismo, organizando e participando ativamente em movimentos de protesto. Um exemplo marcante desta participação foi a greve do Búzi, ocorrida em 1947. Durante este movimento, cerca de 7.000 mulheres aderiram a uma greve contra a obrigatoriedade do cultivo do algodão imposta pelo regime colonial (Lilisia et al., 2011).

De acordo com Lilisia et al (2011), as mulheres em greve não só se recusaram a plantar algodão, mas também tomaram medidas radicais, como a queima de sementes de algodão e outras ações diretas contra as concessionárias de algodão. Essas ações de resistência resultaram em uma

conquista significativa: a isenção do trabalho forçado no cultivo do algodão para gestantes e mães com filhos de até quatro anos.

Este episódio ilustra a determinação e coragem das mulheres moçambicanas na luta contra a opressão colonial e na procura dos seus direitos, mostrando que a sua participação foi fundamental para o avanço das causas sociais e políticas durante este período crucial da história de Moçambique.

A luta pela libertação de Moçambique começou em 1964 e, em 1965, um grupo de mulheres camponesas solicitou formação militar à Frelimo com o objetivo de proteger as populações sob a sua responsabilidade. Esta responsabilidade surgiu devido à ausência dos homens, pois muitos, principalmente no sul do país, migraram para trabalhar nas minas da África do Sul. Esta migração masculina criou comunidades constituídas principalmente por idosos, crianças e mulheres, que assumiram o papel de patrões dos trabalhadores e da família. As mulheres, percebendo a necessidade de defender as suas comunidades na ausência dos homens, tomaram a iniciativa de procurar formação militar, demonstrando a sua coragem e compromisso com a causa da libertação e a proteção das suas famílias e comunidades (Lilisia et al., 2011).

Moçambique alcançou a sua independência em 1975, tornando-se uma República Popular, um marco histórico que foi amplamente comemorado pela Frelimo e pela população em geral.

Entre as diversas políticas sociais implementadas pelo novo governo, a emancipação das mulheres destacou-se como uma das principais prioridades. Isto refletiu não só a continuidade das orientações políticas da Frelimo no período pré-independência, mas também o papel significativo que as mulheres desempenharam durante a luta de libertação nacional (Lilisia et al., 2011).

Portanto, esta política não foi uma concessão do novo governo, mas sim um reconhecimento da contribuição vital das mulheres na luta pela independência.

Segundo Lilisia et al (2011), em 1972, antes da independência, foi criada a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), que representou um avanço significativo na defesa dos direitos das mulheres no país. A OMM proporcionou

uma representação ideológica clara e objetiva dos direitos da mulher moçambicana, promovendo a sua emancipação e participação ativa na sociedade.

Contudo, o conceito de “mulher” em Moçambique, com as suas especificidades sociais e políticas, tem levado a um conflito entre as representações ideológicas do feminino promovidas pela OMM e a realidade quotidiana das mulheres no país.

Políticas públicas e instrumentos para a redução da desigualdade de gênero na educação pública moçambicana

No conjunto dos direitos humanos essenciais encontra-se o direito à educação, defendido por normas nacionais e internacionais como, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Trata-se de um direito crucial, uma vez que inclui um processo de desenvolvimento individual próprio à condição humana.

Para Dewey (2007, p. 73) a educação deveria garantir que o indivíduo pudesse dar continuidade à sua própria educação, ou seja, dotar-se da capacidade de um desenvolvimento constante. Além dessa perspectiva individual, o direito à educação deve ser visto, sobretudo, de forma conjunta, como um direito a uma política educacional, as ações afirmativas do Estado que ofereçam à sociedade instrumentos para alcançar seus objetivos.

Em 2005, entrou em vigor um instrumento internacional de direitos humanos estabelecido pela União Africana. Seu artigo 12º declara que os Estados devem tomar medidas com vista a eliminar todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas no domínio da educação e formação. Nesta ordem de ideia, reduzir as formas de discriminação de mulheres e meninas no domínio da educação torna-se também responsabilidade do Estado. Isso converge diretamente com as ideias de Rousseau (1999), para quem o Estado deve promover igualdade e o bem comum.

Isso pode acontecer por meio de políticas públicas uma vez que elas podem garantir a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais. (Höfling, 2001, p.31)

O setor da educação procurou criar um plano estratégico como um instrumento de integração de uma perspectiva de gênero em todo sistema da educação. Assim, de 2006 a 2011 houve um trabalho árduo para se garantir a igualdade de oportunidades pelas quais crianças dos seis anos viam-se incentivadas a entrar nas escolas de forma massiva. Para tanto, houve criação de escolas próximas às comunidades. Encorajou-se ainda a entrada de meninas nos Institutos de Formação de Professores, no Ensino técnico profissional e no ensino superior nas áreas de ciências, matemáticas e engenharias, sem deixar de lado estratégias de promoção das discussões sobre gênero por meio da integração dessa temática no currículo e nas matérias didáticos em todos os subsistemas de ensino.

Também se buscou promover o equilíbrio de gênero na planificação e na gestão dos recursos humanos, por via do recrutamento de um número significativo de professoras e de gestoras. Foram criadas unidades de gênero ao nível do Ministério de Educação, bem como ao nível das províncias, para a elaboração das ações específicas e para a monitoria da sua implementação (PEE, 2012-2016, p. 44).

Existe uma política de gênero na educação, a “Política Nacional de Gênero no Setor da Educação e Cultura”. Segundo o MEC (Moçambique, 2009), algumas das suas principais ações são: isenção de taxas escolares e concessão de bolsas de estudo; prioridade das adolescentes em relação aos rapazes em casos de vagas limitadas, principalmente nos centros internatos; aumento de número de professoras particularmente nas zonas rurais.

Outrossim, a Política Nacional de Gênero e Estratégia de Implementação 2006 assenta na necessidade de incorporar a abordagem de Gênero na Legislação, visando política, programas, estratégias, planos de ação, orçamento em todos os aspetos e processos de desenvolvimento do País, (E.G.S.E .D.H, 2016/2020, p. 6).

Devemos associar ainda as políticas linguísticas dentro desse panorama educacional, pois segundo o recenseamento geral da população realizado em 2007, verifica-se que numa população de cerca de vinte e sete milhões de habitantes, cerca de 79,3% dos moçambicanos fala as línguas bantus, enquanto apenas 10,7% são falantes de Português, de acordo com o INE 2010, que compara a distribuição de língua materna de 1980 a 2007.

O Programa do Ensino Básico de 2001, publicado pelo INDE, integra, pela primeira vez em Moçambique, o Programa de Educação Bilíngue. Após anos de experimentação e investigação que apresentaram resultados animadores, é proposta para a fase inicial do projecto a implementação de programas bilíngues, que deve “ser bem planificada e gradual” (INDE, 2001, p. 149) abrangendo onze línguas bantu: Kimwani, Shimakonde, Ciyao, Emakhuwa, Echuwabo, Cinyanja, Cinyungwe, Cisena, Xitswa, Xichangana, Xironga.

O objetivo principal da nova política linguística implementada em Moçambique é a criação de condições para a democratização e o acesso de todos ao ensino, diminuindo o insucesso escolar e o abandono da escola e servindo assim de base a todo o processo de transformação curricular, com vista ao alcance dos objetivos da Educação Para Todos.

A implementação de um programa de educação bilíngue em Moçambique pode ser uma estratégia interessante para reduzir a desigualdade de gênero no país porque a educação bilíngue pode proporcionar às mulheres o acesso a uma educação de qualidade. A educação bilíngue pode proporcionar melhores oportunidades de emprego e liderança, promover a igualdade de gênero, não apenas em termos de inclusão à educação e ao emprego, mas também ao fortalecer a autoestima e a autoconfiança das mulheres, incentivando-as a assumir papéis de liderança em suas comunidades e a lutar por seus direitos e oportunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou compreender as intersecções entre a educação, o gênero e as políticas públicas em Moçambique, centrando-se nas questões que

envolvem a desigualdade de gênero, o direito à educação e os desafios históricos e estruturais enfrentados pelas mulheres no país. Ao longo do trabalho foi possível observar avanços significativos no campo da educação e na promoção da igualdade de gênero, mas também ficou evidente que a luta pela equidade ainda é um processo em construção, permeado por desafios socioculturais, económicos e políticos.

Os resultados obtidos destacam que, apesar das políticas públicas voltadas para a educação feminina e da implementação de estratégias de inclusão, como a isenção de propinas escolares, a concessão de bolsas de estudo e o incentivo à participação de raparigas em cursos técnicos e superiores, Moçambique ainda enfrenta taxas alarmantes de analfabetismo entre mulheres, especialmente nas zonas rurais. Estes índices refletem um quadro de exclusão historicamente enraizado, reforçado pela cultura patriarcal e pelas limitações das políticas públicas em atingir eficazmente todas as camadas da sociedade.

Outro aspecto importante identificado foi a relação entre educação e violência de gênero. A permanência de raparigas e mulheres na escola está intrinsecamente ligada à superação de problemas como a gravidez precoce, o bullying, o assédio sexual e a falta de ambientes escolares seguros e acolhedores. Além disso, a discriminação de gênero ainda é oferecida nos materiais didáticos, nos currículos e nas práticas escolares, revelando a necessidade de uma transformação cultural mais profunda que vá além da simples formulação de políticas públicas.

As conquistas históricas das mulheres moçambicanas, como a sua participação activa na luta pela independência e na construção da Organização da Mulher Moçambicana (OMM), demonstram que o papel feminino em Moçambique sempre foi crucial para a transformação social e política do país. Contudo, o contraste entre o discurso político-ideológico da emancipação feminina e a realidade quotidiana das mulheres moçambicanas revela as contradições presentes nas políticas públicas e na implementação de ações afirmativas no país.

A introdução de políticas linguísticas, como o Programa de Educação Bilíngue, também foi apresentada como uma estratégia promissora para promover a inclusão educacional e reduzir a desigualdade de gênero. A valorização das línguas bantu, faladas pela maioria da população, surge como forma de democratizar o acesso à educação e promover um ambiente educativo mais inclusivo e representativo da realidade cultural e linguística moçambicana.

Apesar dos avanços mencionados, este trabalho destaca que a promoção da igualdade de gênero na educação pública em Moçambique ainda enfrenta limitações significativas. O papel do Estado na formulação de políticas públicas que visam a equidade de gênero necessita de ser reforçado, com maior ênfase na afectação de recursos, no acompanhamento eficaz das acções implementadas e na criação de mecanismos que garantam a participação activa das mulheres em todos os níveis do ensino. processo.

Embora os resultados apresentados sejam relevantes para a compreensão da situação atual, é importante reconhecer que este trabalho se insere num processo contínuo de investigação e reflexão. As limitações encontradas incluem a dificuldade de acesso a dados actualizados e detalhados sobre as práticas educativas nas zonas rurais e a falta de uma análise mais aprofundada das intersecções entre gênero, raça e classe na educação. Estas lacunas apontam para a necessidade de estudos futuros que explorem, com mais detalhe, as nuances das desigualdades enfrentadas pelas mulheres moçambicanas.

Portanto, como sugestão para futuras investigações, destaca-se a importância de ampliar estudos sobre os impactos das políticas bilíngues e de gênero em comunidades específicas, analisando como essas iniciativas podem ser ajustadas às realidades locais. Além disso, recomenda-se explorar de forma mais robusta os impactos de iniciativas que promovam a liderança feminina no setor educativo, tanto a nível escolar como no âmbito das políticas públicas.

Por fim, este trabalho procura não só contribuir para o campo académico, mas também inspirar acções concretas que promovam um sistema educativo mais inclusivo e equitativo em Moçambique. Reconhecendo as conquistas já alcançadas, reafirma-se a importância de continuar a lutar por uma educação

que promova verdadeiramente a igualdade de gênero, contribuindo para o empoderamento das mulheres e, conseqüentemente, para o desenvolvimento sustentável do país como um todo. O caminho é longo, mas os primeiros passos já foram dados e é fundamental que o debate continue vivo, conduzindo a novas práticas e soluções.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. Undoing gender. New York, London: Routledge, 2004.
- CASIMIRO, Isabel; ANDRADE, Ximena. A identidade do feminismo crítico em Moçambique: situando a nossa experiência como mulheres, acadêmicas e ativistas. Maputo: CEA/UEM, 2007.
- CORBIN, Juliet M.; STRAUSS, Anselm L. Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory. 4. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2015.
- DEWEY, John. Democracia e educação: capítulos essenciais. São Paulo: Ática, 2007.
- FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal. Cap. 16, p. 243-76: sobre as histórias da sexualidade, 1984.
- FOUCAULT, Michel. A história da sexualidade: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 14ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1976.
- FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade do saber. 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- GASPARETTO, Vera F. Corredor de Saberes: vavasaki vatinhenha (mulheres heroínas) e redes de mulheres e feministas em Moçambique. Tese (Doutorado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- GASPARETTO, Vera, Fátima. Dossiê Mundos de Mulheres 2021: pensamentos feministas afro-moçambicanos. Revista Estudos Feministas, 2020.
- GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, SP, v. 26, n. 2, 1995.
- HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas sociais). Cadernos Cedes, ano XXI, n. 55, p. 30-41, 2001.

INE. Instituto Nacional de Estatística. Resultados definitivos. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS. Censo 2017, IV Recenseamento Geral da População e Habitação. Maputo: Instituto Nacional de Estatísticas, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS. Estatísticas de violência: casos criminais e cíveis. Maputo, 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 368 p., 2017.

MINED. Estratégia de Gênero do Sector da Educação e Desenvolvimento Humano para o Período 2016-2020. Maputo: MINED, 2016.

MOÇAMBIQUE. Lei do orçamento do estado 2014 e Lei do orçamento do Estado, 2015.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Educação e Cultura. Agenda do Professor 201. Maputo, 2009.

OBURA, A. P. Auditoria de gênero na educação em Moçambique. UNICEF, ESARO, 2010.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. In: WEFFORT, Francisco C. Os clássicos da política 1. 14. ed. São Paulo: Ática, 2006.

UACIQUETE, A. S. Modelos de administração da educação em Moçambique (1983-2009). Dissertação (Mestrado em Administração e Políticas Educativas) - Universidade de Aveiro, Aveiro, 2010.

VIANNA, C. P.; UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, p. 77–104, 2004.